



UNICAMP

ABDI

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Boletim de Conjuntura Industrial

SETEMBRO DE 2008





Boletim de Conjuntura Industrial

Setembro de 2008

Esta publicação é um trabalho em parceria desenvolvido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI e o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

A economia brasileira manteve sua trajetória de crescimento no segundo trimestre de 2008. Dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN/IBGE) apontam para uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 6,1% em relação ao mesmo período de 2007. Considerando o acumulado nos 4 trimestres terminados em junho de 2008, o crescimento atingiu 6%, nível superior ao observado no ano passado (5,4%) (Tabela 1).

O padrão de crescimento também vem apresentando continuidade em relação aos trimestres anteriores. A demanda interna continuou sendo o principal vetor de dinamismo, com importância crescente da formação bruta de capital fixo. Considerando o acumulado nos últimos 4 trimestres, é possível notar o crescimento tanto do consumo das famílias quanto do governo. Porém, deve-se destacar o elevado patamar atingido pelo crescimento da formação bruta de capital fixo (15,5%).

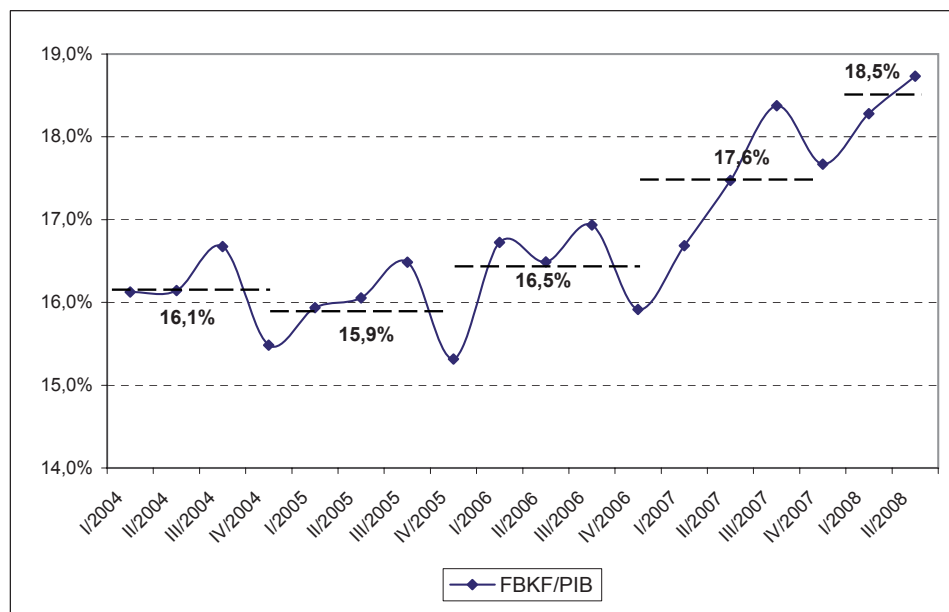
Tabela 1 – Componentes da Demanda
(taxa acumulada nos últimos 4 trimestres – IV/2007, I/2008 e II/2008) em %

Componentes da Demanda	IV/2007	I/2008	II/2008
PIB a preços de mercado	5,4	5,8	6,0
Despesa de consumo das famílias	6,5	6,7	7,0
Despesa de consumo da administração pública	3,1	3,6	4,1
Formação bruta de capital fixo	13,4	14,9	15,5
Exportação de bens e serviços	6,6	4,6	2,8
Importação de bens e serviços (-)	20,7	20,4	22,2

Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE

É possível observar que a taxa de investimento vem se elevando de maneira consistente desde 2006 (Gráfico 1). Em 2007, verificou-se um crescimento bastante vigoroso que, contudo, apresentou um movimento sazonal de queda no último trimestre do ano, quando alcançou o nível ainda elevado de 17,7%. No acumulado do ano, a taxa atingiu 17,6%. No primeiro semestre de 2008, percebe-se a retomada da trajetória ascendente da taxa de investimento, que atingiu 18,3% no primeiro trimestre e 18,7% no segundo trimestre de 2008, o maior patamar desde o segundo trimestre de 2000. Vale ainda ressaltar que a formação bruta de capital fixo vem apresentando crescimento desde o primeiro trimestre de 2004 (18 trimestres seguidos) e que vem crescendo acima do PIB desde o segundo trimestre de 2005 (13 trimestres seguidos).

Gráfico 1 – Evolução da Taxa de Investimento (I/2004 a II/2008)



Fonte: SCN/IBGE

Por outro lado, o setor externo continua apresentando uma contribuição negativa para o crescimento do PIB, dado que as importações de bens e serviços continuam crescendo a um ritmo muito superior ao verificado para as exportações. Os dados da Tabela 1 apontam para uma redução no crescimento das exportações de bens e serviços no acumulado dos últimos 4 trimestres. Considerando os índices de quantum das exportações de mercadorias no primeiro semestre de 2008, observa-se inclusive uma redução de 1,6% para as exportações totais e de 3,9% para as exportações de manufaturados (FUNCEX). Como será detalhado mais adiante, esse é um aspecto que merece atenção, principalmente em razão da perspectiva de um cenário externo desfavorável, o que pode trazer dificuldades ainda maiores para a expansão das exportações.

Do ponto de vista da produção industrial, os dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF/IBGE) apontam para uma ligeira tendência de redução no ritmo de crescimento industrial (Tabela 2). O crescimento do segundo trimestre de 2008, comparado ao mesmo trimestre do ano passado, foi de 6,2% para a indústria geral e também para seus segmentos de transformação e de extração. Embora ainda bastante elevado, esse patamar é um pouco inferior ao verificado no primeiro trimestre de 2008 (6,3%). Considerando o acumulado ao longo dos últimos 4 trimestres terminados em junho de 2008, as taxas de crescimento foram de 6,7% para a indústria

geral e para a de transformação, enquanto a indústria extrativa apresentou um crescimento de 6,2%. Essas taxas de crescimento foram ligeiramente superiores às verificadas no acumulado em 12 meses terminado em março de 2008, que haviam atingido, respectivamente, 6,6% e 6,1%.

**Tabela 2 – Taxa de Crescimento da Produção Industrial
(I/2007 a II/2008)**

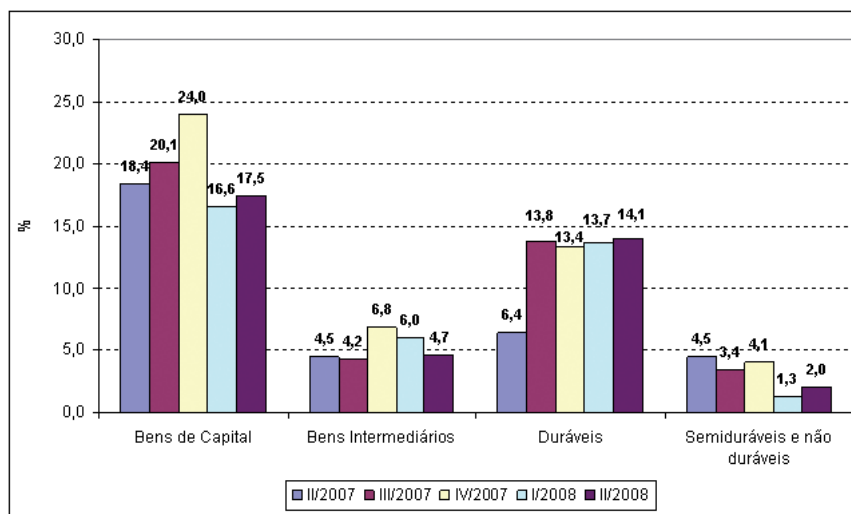
Atividades	I 2007	II 2007	III 2007	IV 2007	I 2008	II 2008
Taxa de crescimento trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior						
Indústria Geral	3,8	5,8	6,3	7,9	6,3	6,2
Indústria Extrativa	5,6	5,8	6,0	6,1	6,5	6,2
Indústria de Transformação	3,7	5,8	6,4	8,	6,3	6,2
Taxa de crescimento acumulada ao longo dos últimos 4 trimestres						
Indústria Geral	2,6	3,9	4,8	6,0	6,6	6,7
Indústria Extrativa	5,7	6,1	6,1	5,9	6,1	6,2
Indústria de Transformação	2,5	3,8	4,7	6,0	6,6	6,7

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE

Apesar do crescimento da produção industrial ter se mantido em ritmo acelerado até o momento, as perspectivas são de que as taxas fiquem em patamares um pouco menores a partir do segundo trimestre de 2008, em razão tanto da elevação das taxas de juros no crédito para consumo quanto pelo próprio efeito estatístico, uma vez que a base de comparação vai passar a incorporar períodos com crescimento mais elevado.

Analisando a produção industrial por categoria de uso, é possível observar que os bens de capital continuaram liderando o crescimento, com elevação de 17,5% no segundo trimestre de 2008 em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 2). No acumulado dos últimos 4 trimestres, a taxa de crescimento dos bens de capital atingiu 19,5%, o que confirma o movimento de expansão da taxa de investimento. Os bens de consumo duráveis também vêm apresentando um desempenho bastante positivo, com taxa de crescimento de cerca de 14% desde o segundo trimestre de 2007, puxados principalmente pela forte expansão da produção da indústria automotiva.

**Gráfico 2 – Evolução da Produção Industrial por Categorias de Uso
(taxa de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior –
II/2007 a II/2008) (Em%)**



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados da PIM-PF/IBGE.

Por outro lado, a produção de bens intermediários apresentou tendência de queda na taxa trimestral, atingindo crescimento de 4,7%, bem menor do que o verificado nos dois trimestres anteriores. Vale observar, porém, que essa taxa ainda é ligeiramente superior à taxa obtida no segundo trimestre de 2007. No caso dos bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, embora a taxa do segundo trimestre tenha aumentado em relação ao primeiro trimestre, é visível o menor patamar observado em 2008 em relação a 2007.

Observando as informações por atividade industrial, também é possível verificar a liderança de setores relacionados à produção de bens de capital ou de bens de consumo duráveis. Destacam-se 5 setores com as maiores taxas de crescimento no acumulado do ano terminado em junho de 2008: outros equipamentos de transporte (24,5%); veículos automotores (19,7%); máquinas e equipamentos (13,5%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (12,2%) e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (9,4%). Houve aceleração do crescimento acumulado nos setores de veículos automotores, de outros equipamentos de transporte e de equipamentos médico-hospitalares. Considerando a taxa de crescimento no segundo trimestre do ano corrente comparada ao mesmo período do ano passado, confirma-se a liderança do setor produtor de outros equipamentos de transporte, que atingiu o maior nível de crescimento (38,5%) dentre os setores cobertos pela pesquisa de produção industrial, seguido pelo setor de veículos automotores (17,5%).

Analisando a contribuição dos diversos setores ao crescimento industrial total no segundo trimestre de 2008, merecem destaque: veículos automotores (25,2%); máquinas e equipamentos (9,5%); outros equipamentos de transporte (8,1%); metalurgia básica (6,2%); e outros produtos químicos (5,1%). Estes setores foram exatamente os mesmos que lideraram a composição do crescimento no primeiro trimestre de 2008, devendo-se observar apenas o aumento da contribuição dos setores de veículos automotores e de outros equipamentos de transporte.

Algumas atividades industriais conseguiram superar o fraco desempenho da produção verificado no ano passado. O desempenho negativo da produção do setor de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de telecomunicações em 2007 (-1,1%) foi revertido no primeiro semestre do ano corrente. Houve crescimento de 7,0% no acumulado do ano até junho de 2008, decorrente dos persistentes aumentos trimestrais da produção na comparação com os mesmos períodos do ano anterior. O setor de papel e celulose, beneficiado pelo contexto externo, também conseguiu melhorar seu desempenho produtivo, saindo de um crescimento acumulado de apenas 0,8% no ano passado para um aumento de 3,6% no ano findo em junho de 2008. Por fim, o setor farmacêutico, que também havia apresentado um fraco desempenho em 2007 (1,9%) e uma redução de produção no primeiro trimestre deste ano comparado a igual período do ano passado (-4,4%), atingiu um crescimento da produção de 12,0% no segundo trimestre de 2008 com relação ao mesmo período do ano anterior, elevando para 3,9% o crescimento de sua produção no acumulado do ano terminado em junho de 2008.

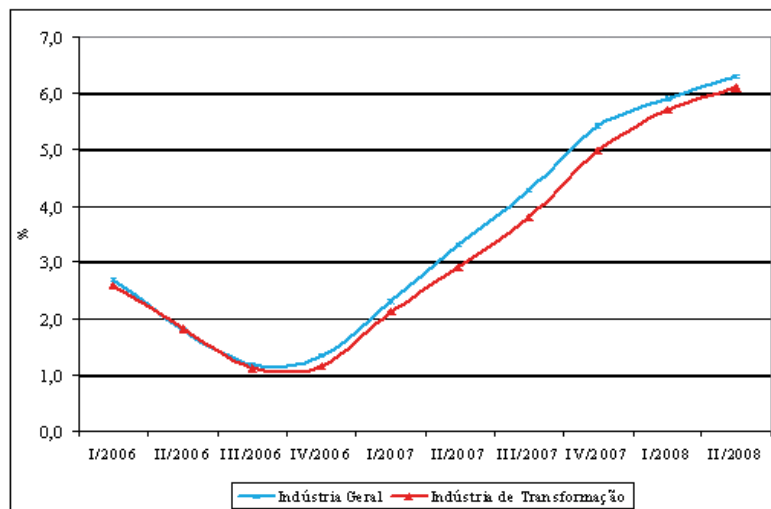
Por outro lado, a perda de dinamismo da produção caracterizou alguns setores industriais, notadamente os setores de bens de consumo não-duráveis. Mesmo considerando o desempenho positivo da produção têxtil no acumulado do ano terminado em junho de 2008 (2,6%), observa-se seu declínio no segundo trimestre do ano corrente comparado a igual período do ano passado (-0,5%) depois de vários trimestres de crescimento. No caso do setor de calçados, o desempenho negativo da produção no ano passado (-2,2%) havia sido amenizado no acumulado do ano terminado no primeiro trimestre do ano corrente (-0,5%), mas o comportamento da produção física voltou a se deteriorar no segundo trimestre, revelando a persistência do fraco desempenho produtivo do setor. No caso do setor de perfumaria,

sabões, detergentes e produtos de limpeza, intensificou-se a redução da produção no segundo trimestre de 2008 com relação ao mesmo período do ano passado (-4,7%), contribuindo para a queda da produção verificada no acumulado de quatro trimestres terminado em junho de 2008 (-0,8%). Dentro do grupo de bens de consumo não-duráveis, a exceção fica por conta do setor de vestuário e confecções, que vem apresentando crescimento expressivo desde o segundo trimestre de 2007. No segundo trimestre de 2008, o crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior atingiu 5,9% e a taxa acumulada nos últimos 4 trimestres chegou a 7%.

O desempenho em geral positivo da produção industrial tem contribuído para a manutenção do crescimento do emprego na indústria. Dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES/IBGE) mostram crescimento de 2,7% do pessoal ocupado assalariado tanto na indústria geral quanto na indústria de transformação no acumulado do primeiro semestre de 2008, quase duplicando o aumento de 1,4% verificado no acumulado do primeiro semestre de 2007 e ultrapassando o crescimento de 2,2% no acumulado do ano passado. Contudo, não se pode deixar de apontar a desaceleração do crescimento do emprego no segundo trimestre com relação ao primeiro trimestre deste ano, quando o crescimento acumulado no ano do pessoal ocupado assalariado havia alcançado um patamar superior (3,1%).

Constata-se também a elevação de 6,5% da folha de pagamentos real da indústria geral e de 6,6% da indústria de transformação no acumulado do primeiro semestre do ano corrente, intensificando o crescimento observado no acumulado do ano passado (respectivamente 5,4% e 5,0%). No primeiro semestre de 2008, o crescimento da folha de pagamentos real para a indústria de transformação se aproximou do crescimento observado para a indústria geral. No acumulado dos 4 trimestres terminados em junho deste ano, a elevação da massa de rendimento real atingiu 6,3% para a indústria geral e 6,1% para a indústria de transformação (Gráfico 3). O desempenho favorável observado no ano passado tem se mantido, portanto, no primeiro semestre de 2008, embora também com ligeira tendência de redução no ritmo de crescimento.

Gráfico 3 – Taxa de Crescimento da Folha de Pagamentos Real da Indústria (taxa acumulada ao longo dos últimos 4 trimestres – I/2006 a II/2008) (Em %)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados da PIMES/IBGE

Em termos da expansão do emprego formal, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE)¹ revelam que a criação de vagas se manteve no segundo trimestre de 2008, atingindo o patamar de 167,7 mil vagas na indústria geral, sendo 161,4 mil na indústria de transformação e 6,3 mil na indústria extrativa (Tabela 3). Houve aumento de 9,5% na criação de emprego formal pela indústria geral com relação ao primeiro trimestre do ano corrente. Comparando com os dados do segundo trimestre do ano passado, observa-se uma redução de 10,9% na criação de emprego formal pela indústria geral e de 11,9% na indústria de transformação, enquanto a indústria extrativa apresentou crescimento de 23,5%, sobre uma base, todavia, significativamente inferior. Isto indica que o segundo trimestre deste ano apresentou resultados inferiores em termos de criação de vagas pela indústria geral e de transformação na comparação com o mesmo período do ano passado.

Mesmo assim, o número total de vagas criadas na indústria no primeiro semestre de 2008 (320,8 mil) significou um aumento de 7,9% com relação ao mesmo período do ano passado (297,2 mil), equivalendo à quase 83% da geração de novas vagas em todo o ano de 2007 (386,6 mil).

1 - O CAGED/MTE apresenta os resultados de todas as empresas que realizaram contratação/demissão de empregados formais no período pesquisado, tendo, portanto, cobertura censitária. Os dados de 2007 e 2008 foram organizados com base na nova CNAE 2.0, podendo se diferenciar dos dados analisados no Boletim de Conjuntura Industrial de março de 2008, que utilizou a antiga CNAE 1.0. Por sua vez, a PIMES/IBGE tem cobertura amostral, incluindo empresas com 5 funcionários ou mais. Portanto, podem ser encontradas tendências divergentes nas duas fontes de dados utilizadas, principalmente em setores com predomínio de pequenas e médias empresas.

Tabela 3 - Evolução da Criação de Emprego Formal na Indústria (2007-2008)

	Criação de Vagas (mil)						
	1º trim. 2007	2º trim. 2007	1º sem. 2007	Total 2007	1º trim. 2008	2º trim. 2008	1º sem. 2008
Indústria Geral	109,0	188,2	297,2	386,6	153,1	167,7	320,8
Indústria Extrativa	4,3	5,0	9,3	14,1	3,4	6,3	9,7
Indústria de Transformação	104,7	183,2	287,9	372,5	149,7	161,4	311,1

Fonte: Elaboração Própria NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados do CAGED/MTE

As atividades industriais que lideraram a criação de novas vagas na indústria no segundo trimestre do ano corrente foram: alimentos (23,2%); refino de petróleo e álcool (14,0%); vestuário e acessórios (7,7%); veículos automotores (6,8%); produtos de metal (6,1%); e máquinas e equipamentos (5,5%). Os setores de alimentos e vestuário, tradicionais empregadores, tiveram grande participação na criação de emprego formal no segundo trimestre deste ano. Por sua vez, os setores produtores de veículos automotores e de máquinas e equipamentos, que lideraram o crescimento da produção industrial e assumiram grande participação em sua composição no período analisado, também contribuíram positivamente para a criação de emprego formal no segundo trimestre de 2008.

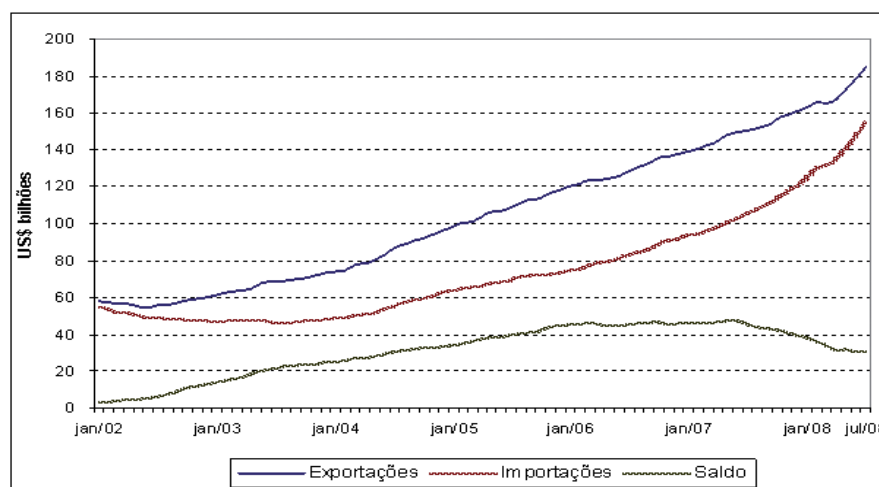
As informações detalhadas anteriormente indicam que a economia brasileira tem mantido o dinamismo, liderado pela demanda interna, notadamente pelos investimentos, mas também pela expansão do consumo das famílias. Do ponto de vista industrial, esse crescimento tem se traduzido na expansão vigorosa da produção e do emprego dos setores relacionados tanto à formação de capital quanto aos bens de consumo duráveis. Vale observar, porém, que embora o ritmo de crescimento tenha continuado forte no primeiro semestre de 2008, é possível observar alguns sinais de desaceleração, fato que aponta para uma redução nas taxas no segundo semestre do ano. Em primeiro lugar, vale observar que a base de comparação passará a ser o segundo semestre de 2007, quando a produção industrial teve desempenho excepcional. Além disso, o endurecimento recente da política monetária deve produzir efeitos sobre o consumo de duráveis. A redução do crescimento, em especial da indústria automotiva, deve ter impactos importantes sobre o total da indústria, uma vez que a contribuição ao crescimento desse setor tem sido de cerca de 25% nos últimos períodos.

É possível antecipar também uma piora nos resultados relacionados ao comércio exterior em razão principalmente da desaceleração da economia mundial. Neste contexto, a evolução do comércio externo brasileiro merece ser analisada com mais cuidado.

A análise de dados do comércio externo brasileiro ao longo dos últimos anos mostra a tendência de elevação do superávit comercial acumulado em 12 meses desde outubro de 2002 até maio de 2007. Ou seja, até meados de 2007, o longo período de expansão da economia mundial traduziu-se em um aumento expressivo do superávit comercial, fato que contribuiu bastante para reduzir o grau de vulnerabilidade externa da economia brasileira.

No entanto, no segundo semestre do ano passado, iniciou-se um processo de deterioração do saldo comercial. Este comportamento é explicado principalmente pela aceleração do crescimento dos valores importados em um ambiente de crescimento econômico e de valorização da moeda nacional, contribuindo para uma gradativa aproximação entre importações e exportações (Gráfico 4). Esse movimento teve continuidade no primeiro semestre de 2008. Segundo dados da FUNCEX, o saldo comercial positivo do primeiro semestre do ano corrente (US\$ 11,3 bilhões) foi 45% menor do que o do mesmo período do ano passado (US\$ 20,6 bilhões).

Gráfico 4 – Evolução do Comércio Externo Brasileiro
(valor acumulado nos últimos 12 meses – jan./2002 a jul./2008) (Em US\$ bilhões)

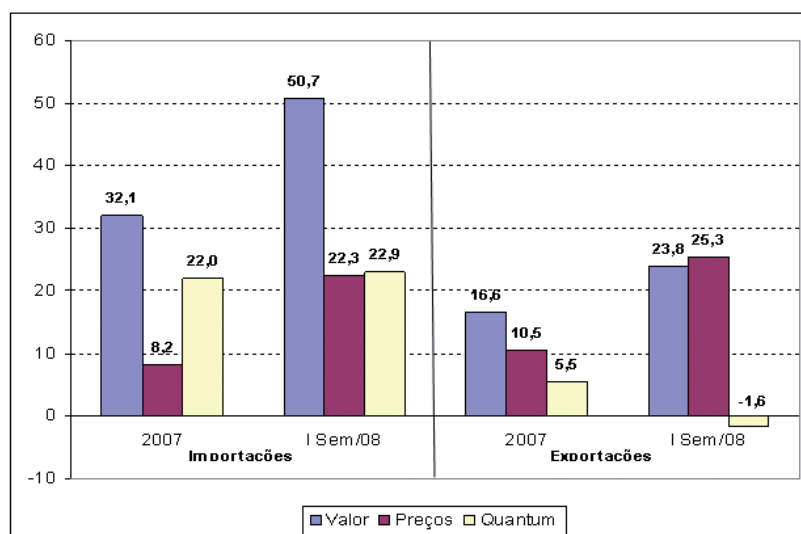


Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados da FUNCEX

O comportamento das importações contribuiu de forma significativa para a redução do saldo comercial. As importações brasileiras alcançaram algo em torno de US\$ 79,3 bilhões no primeiro semestre de 2008, apresentando um crescimento de um pouco mais de 50% em relação ao primeiro semestre do ano passado (Gráfico 5). Este crescimento deveu-se à variação tanto da quantidade quanto do preço das importações – respectivamente 22,9% e 22,3% – com relação ao mesmo período do ano passado. Comparando com o movimento de todo o ano de 2007, nota-se que a elevação dos preços das importações foi significativamente superior no primeiro semestre do ano corrente, enquanto o índice de quantum apresentou aumento embora de forma mais tímida.

Por sua vez, as exportações brasileiras somaram aproximadamente US\$ 90,6 bilhões no primeiro semestre de 2008, revelando um crescimento de 23,8% em relação ao primeiro semestre de 2007 (Gráfico 5). Uma análise desagregada dos efeitos da variação de preços e de quantum exportado no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado tornam os resultados preocupantes. O aumento das exportações esteve essencialmente relacionado ao movimento de elevação de preços (25,3%), que conseguiu mais do que compensar a queda do quantum exportado (-1,6%) no período estudado.

Gráfico 5 – Taxa de Crescimento das Exportações e Importações: valor, preço e quantum (em relação ao mesmo período do ano anterior – 2007 e 1o sem./2008) (Em%)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados da FUNCEX

Uma análise desagregada por categorias de uso e por setores mostra com mais clareza as principais contribuições ao movimento de elevação das importações e de redução das quantidades exportadas.

Considerando as exportações, é possível observar que a única categoria de uso que apresentou desempenho positivo em termos de quantidade foram os bens de capital. As demais categorias experimentaram aumento nos valores exclusivamente em decorrência da elevação de preços (Tabela 4). Em especial, as categorias de combustíveis, bens intermediários e bens de consumo não-duráveis tiveram uma elevação fortemente baseada na expansão de preços no mercado internacional.

**Tabela 4 – Exportações por Categoria de Uso
– Indicadores Selecionados (1º semestre de 2008)**

Categorias de uso	Valor (US\$ milhões)	Participação Relativa (%)	Contribuição ao Crescimento (%)	Variação de Preço (%)	Variação de Quantum(%)
Bens de Capital	10.174	11,2	10,4	12,0	8,4
Bens Intermediários	52.118	57,5	52,3	22,9	-1,7
Bens de Cons. Duráveis	3.654	4,0	1,2	11,5	-5,1
Bens de Cons. Não-Duráveis	15.581	17,2	18,2	28,4	-2,2
Combustíveis	8.987	9,9	17,1	64,1	-11,5

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados da FUNCEX

Observando os setores de atividade que mais contribuíram para o crescimento das exportações no semestre, é possível verificar a influência da alta das commodities agrícolas e dos alimentos em primeiro lugar, mas também do petróleo e das commodities metálicas. Considerando os oito setores que mais contribuíram para o crescimento das exportações no semestre (responsáveis por cerca de 70% do valor e por 80% do crescimento observado), os seis primeiros foram setores fortemente influenciados pelo ciclo de alta de preços no mercado internacional. (Tabela 5).

**Tabela 5 – Exportações dos Principais Setores de Atividade
– Indicadores Selecionados (1º semestre de 2008)**

Setores	Valor (US\$ milhões)	Participação Relativa (%)	Contribuição ao Crescimento (%)	Varição de Preço (%)	Varição de Quantum(%)
Agricultura e pecuária	10.074	11,1	18,8	39,0	5,2
Produtos alimentícios e bebidas	15.391	17,0	18,0	28,0	-2,0
Extração de petróleo	5.478	6,0	11,4	80,4	-18,9
Extração de minerais metálicos	7.127	7,9	10,1	17,5	11,5
Metalurgia básica	9.665	10,7	5,7	20,5	-7,4
Refino de petróleo e combustíveis	3.586	4,0	5,6	40,9	-1,6
Veículos automotores	7.489	8,3	5,3	12,1	1,3
Outros equipamentos de transporte	3.680	4,1	5,0	9,0	20,1

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados da FUNCEX

Esse fato é preocupante, uma vez que o ciclo de preços internacionais já vem mostrando sinais de reversão, tanto em razão da retração na economia mundial quanto em função da desmontagem de posições especulativas nas bolsas de mercadorias mundiais. Ou seja, é possível prever um cenário de maior dificuldade para a expansão das exportações, não somente em termos de quantidade, dado o desaquecimento da economia mundial, mas também em termos de preços.

No caso das importações, as variações de preços foram importantes, principalmente nos bens intermediários e nos combustíveis (Tabela 6). Como o país não é um grande importador de alimentos, a variação nos preços das importações de bens de consumo não-duráveis foi muito menor do que a observada nas exportações. Por outro lado, embora todos os segmentos tenham experimentado aumento nas quantidades importadas, o crescimento foi muito mais significativo nos bens de consumo duráveis e nos bens de capital, justamente as categorias que apresentaram maior aumento da demanda e da produção interna.

No caso dos bens de consumo duráveis, embora o crescimento das importações tenha sido expressivo, a participação relativa e a contribuição à variação ainda são pouco importantes dentro do total importado. No caso dos bens de capital, o aumento as importações foi mais expressivo, mas está obviamente associado ao movimento de expansão dos investimentos. Vale destacar, porém, que o aumento das importações vem ocorrendo de maneira complementar à produção interna, uma vez que a produção física interna continua aquecida, e o quantum exportado também se elevou.

**Tabela 6 – Importações por Categoria de Uso
– Indicadores Selecionados (1º semestre de 2008)**

Categorias de uso	Valor (US\$ milhões)	Participação Relativa (%)	Contribuição ao Crescimento(%)	Variação de Preço (%)	Variação de Quantum(%)
Bens de Capital	10.983	13,9	13,6	9,4	36,5
Bens Intermediários	45,626	57,7	53,0	18,9	21,7
Bens de Cons. Duráveis	3.317	4,2	5,1	4,7	63,1
Bens de Cons. Não-Duráveis	4.523	5,7	3,4	11,8	11,8
Combustíveis	14.674	18,5	24,2	57,4	11,6

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados da FUNCEX

Observando os setores que mais contribuíram para o aumento das importações, é possível verificar que os três principais setores de acordo com esse critério tiveram um impacto importante em termos de preços, em especial em razão dos efeitos sobre a cadeia de petróleo e petroquímica. Já os demais setores, embora tenham apresentado variação de preços positiva, experimentaram crescimento principalmente em razão do aumento das quantidades importadas. São setores que envolvem bens de capital, insumos e componentes, e que, portanto, tiveram aumento no quantum importado principalmente em decorrência do aumento da demanda interna, em um contexto de câmbio valorizado.

**Tabela 7 – Importações dos Principais Setores de Atividade
– Indicadores Selecionados (1º semestre de 2008)**

Setores	Valor (US\$ milhões)	Participação Relativa (%)	Contribuição ao Crescimento (%)	Variação de Preço (%)	Variação de Quantum (%)
Produtos químicos	15.307	19,3	19,1	29,6	15,1
Extração de petróleo	9.456	11,9	14,9	60,9	4,7
Refino de petróleo e combustíveis	6.000	7,6	10,8	52,6	25,6
Máquinas e equipamentos	8.040	10,1	9,7	9,4	35,1
Veículos automotores	6.401	8,1	9,3	8,6	49,9
Material eletrônico e de comunicações	6.138	7,7	6,9	10,8	6,1
Metalurgia básica	3.820	4,8	4,3	12,9	26,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.895	3,6	3,2	9,3	30,9

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP a partir de dados da FUNCEX

Observa-se assim, um cenário em que a redução de preços das commodities deve ter um impacto importante sobre o valor das exportações e um impacto menos significativo sobre o valor das importações. Estas últimas, por sua vez, podem sofrer alguma redução no ritmo de crescimento, como resposta tanto da redução no ritmo de crescimento da produção industrial quanto pela perspectiva de revalorização do dólar. De qualquer maneira, é possível imaginar um cenário de continuidade do processo de deterioração da balança comercial

nos próximos meses, o que deve contribuir para piorar a situação da conta de transações correntes. No primeiro semestre de 2008, o saldo em transações correntes atingiu um valor negativo de US\$ 17,4 bilhões, o que representou -2,5% do PIB (contra um superávit de 0,38% no primeiro semestre de 2008).

Fazendo um balanço do movimento observado ao longo do primeiro semestre do ano, é possível concluir que o forte crescimento ocorrido, principalmente na segunda metade do ano passado, teve continuidade até o final do primeiro semestre de 2008. No entanto, é interessante notar que os dados também apontam para um ligeira tendência de desaceleração, embora o patamar ainda se mantenha em níveis elevados.

Apesar dessa tendência à desaceleração, em uma perspectiva um pouco mais de longo prazo, isso não deve significar a reversão do padrão de crescimento observado até aqui. Como destacado anteriormente, esse padrão vem sendo marcado pelo dinamismo do mercado interno, e cada vez mais puxado pelos investimentos em formação bruta de capital. A manutenção do crescimento da FBKF acima do PIB é fundamental para que esse crescimento possa ser sustentável no longo prazo.

A acomodação nas taxas de crescimento da produção industrial, assim como os efeitos da elevação das taxas de juros sobre o consumo, deve provocar efeitos sobre as taxas de crescimento do PIB nos próximos meses. Porém, o aspecto fundamental é que os investimentos por enquanto ainda não foram afetados. Os dados analisados neste boletim, assim como as informações sobre os projetos de investimento em andamento e sobre o volume de crédito aprovado e desembolsado pelo BNDES, indicam que os investimentos continuam em ritmo forte. No presente momento, portanto, é possível acreditar que, embora a tendência seja de redução no ritmo de crescimento, não devem ocorrer mudanças importantes no padrão de crescimento.

Vale destacar, porém, aspectos que podem levantar preocupações em relação à manutenção desse padrão. Esses aspectos estão relacionados principalmente à deterioração no cenário externo. A retração na economia dos Estados Unidos decorrente da crise imobiliária já ganha contornos de uma crise de duração mais longa, não estando, ademais, restrita à economia americana. A Europa e o Japão mostram sinais de desaceleração. Os países em desenvolvimento por

enquanto continuam com crescimento elevado, mas devem sentir também os efeitos da crise mundial. A grande incógnita continua sendo os efeitos sobre a economia chinesa. Porém, independentemente da capacidade da economia chinesa de continuar sustentando suas elevadas taxas de crescimento, o fato é que a demanda mundial deve continuar arrefecendo e permanecer com pouco dinamismo por um tempo relativamente prolongado.

Novamente nesse caso, o fato da economia brasileira estar crescendo com base na expansão do mercado interno pode favorecer o abrandamento dos efeitos da crise internacional sobre o país.

Porém, embora a redução na demanda externa possa ser em parte compensada pela demanda interna, do ponto de vista macroeconômico, o ritmo de deterioração das contas externas é um fator de preocupação importante. O saldo comercial brasileiro vem caindo de maneira rápida ao mesmo tempo em que as contas de serviços e rendas têm apresentado sinais cada vez mais negativos, ocasionando um déficit em transações correntes preocupante. Por um lado, existe uma perspectiva de preços não tão favoráveis para as commodities no mercado internacional, tanto pela redução na demanda quanto pela desmontagem de posições nos mercados futuros, fato que pode dificultar a expansão das exportações. Além disso, a disputa nos mercados de manufaturados tende a se tornar mais acirrada, uma vez que é possível prever uma agressividade maior dos emergentes, em especial dos países asiáticos, para compensar a redução na demanda nos mercados dos países desenvolvidos. Por outro lado, a perspectiva de uma taxa de câmbio menos valorizada e a própria redução na margem do ritmo de crescimento industrial poderão mitigar em parte os efeitos negativos nas exportações, resultando em um crescimento menor das importações.

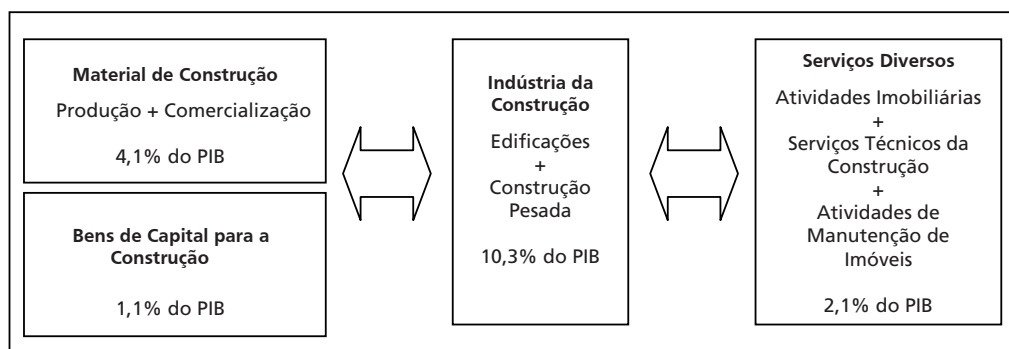
Nesse contexto, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) se tornam ainda mais importantes para manter o atual padrão de crescimento, sustentando as taxas de aumento dos investimentos acima do PIB, dado um cenário em que, internamente, a demanda por bens de consumo deve sofrer desaceleração, exercendo, portanto, menor impacto sobre o crescimento, e externamente, a situação econômica mundial deve ser menos favorável.

A continuidade dos investimentos é fundamental do ponto de vista tanto da demanda, enquanto componente capaz de dar sustentação ao aumento do PIB, quanto da elevação da capacidade de produção para evitar descompassos entre oferta e demanda, com efeitos indesejáveis sobre o nível de preços. Finalmente, a expansão dos investimentos, aliada aos esforços de modernização e criação de capacitação tecnológica e de inovação, também é fundamental para criar as bases para a elevação da competitividade externa do sistema industrial e fazer frente ao cenário de concorrência mais acirrada que se vislumbra no mercado mundial.

O Setor de Edificações: caracterização, desempenho e desafios competitivos

O setor de edificações inclui as atividades de construção, de reforma ou restauração de obras dos tipos residencial, industrial, comercial e de serviços, ou de suas partes. Seus produtos são residências, galpões e edifícios industriais ou comerciais, shoppings, supermercados, escolas, hospitais, hotéis, garagens, e afins. Junto com o setor de construção pesada, constitui a chamada indústria da construção. Por sua vez, o macrosetor da construção compreende, além da indústria da construção, os setores de produção e de comércio de materiais e de serviços relacionados à construção. No Brasil, a indústria da construção foi responsável por 10,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2001² (Figura 1).

Figura 1 – Macrosetor da Construção e Participação dos Subsetores no PIB Brasileiro (2001)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados do MDIC (2003)

2 - Os dados que dimensionam a importância da indústria da construção no Brasil foram recentemente revisados pelo IBGE. Na mudança de apuração das Contas Nacionais, a participação média da indústria da construção no PIB brasileiro foi reduzida de 12,0% para 7,6% no período 2000-2003 (Puga e Nascimento, 2007).

O Estado assume múltiplos papéis no estímulo ao setor de edificações. Além do manejo das políticas econômicas, ele constitui um importante demandante de edificações, também se mantém como um agente fundamental na organização das condições de financiamento – especialmente no segmento residencial; e ainda arbitra sobre as questões legais e burocráticas em torno da propriedade dos bens imóveis.

O financiamento é de especial importância para o setor analisado, que necessita tanto de disponibilidade de recursos prévios para a produção das obras (oferta), como para a sua comercialização (demanda) – em altos volumes e longos prazos. Os fatores determinantes da demanda das edificações são tradicionalmente a renda e as condições de financiamento prevalentes.

É importante assinalar que a indústria da construção – com exceção do segmento produtor de insumos – se diferencia das indústrias de transformação e extrativa por sua baixa integração mundial. Padrões técnicos, climáticos, culturais, etc, distinguem o tipo de edificação em cada região do mundo e, muitas vezes, acabam por constituir barreiras naturais relevantes que isolam uns mercados dos outros.

Caracterização e análise de desempenho do setor brasileiro de edificações

A indústria brasileira da construção está associada a altos índices de informalidade e baixo nível de produtividade – questões comumente relacionadas.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), do total de ocupados na indústria da construção, no ano de 2006, 50,6% eram empregados, 42,0% trabalhavam por conta própria, 4,3% eram empregadores e, os demais, eram trabalhadores na produção para o próprio consumo ou sem remuneração. Dos empregados, 47,7% tinham carteira assinada. Tomando os vínculos dos trabalhadores por conta própria como majoritariamente precários, ter-se-ia que mais da metade dos ocupados na indústria da construção se encontram à margem da legalidade.

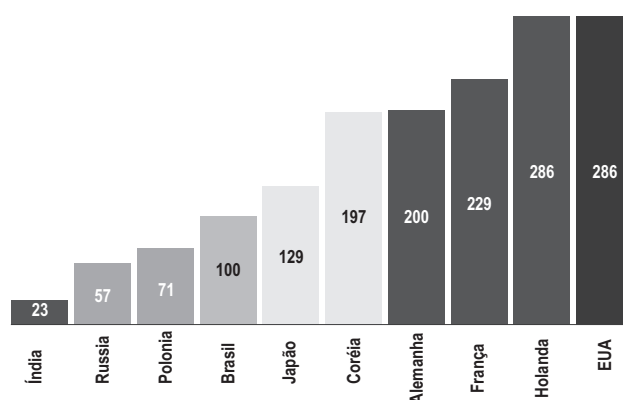
Uma outra medida da dimensão do mercado informal da construção – e agora mais diretamente relacionada ao setor de edificações – decorre da importância da auto-gestão da produção de residências. Em geral, associa-se esse método de administração à produção semi-artesanal e de baixa produtividade. Estima-se que 64% da produção do setor se direcionaram à consecução de novas edificações e 36% a reformas entre os anos 2002-2004 (Consultoria A.T. Kearney, 2007). As reformas e 66% das novas edificações teriam sido produzidas no sistema de auto-gestão, restando apenas 34% das novas edificações a cargo das construtoras e incorporadoras. Estes números mostram, por um lado, um quadro de forte informalidade no setor e, por outro, um grande potencial de mercado para o segmento formalmente constituído.

Dados da PNAD sugerem que períodos de aquecimento da atividade econômica podem estar associados à elevação da formalidade das relações de trabalho no setor – por exemplo, a proporção de empregados com carteira assinada na construção saltou de 44,2%, em 2002, para 47,7%, em 2006.

A comparação internacional mostra que há muito espaço para a melhoria do indicador médio de produtividade brasileiro (Figura 2a e 2b). A produtividade média do trabalhador norte-americano no segmento de construção residencial seria cerca de 2,9 vezes superior à do trabalhador brasileiro (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, 2004). Vale ressaltar, entretanto, a maior difusão dos sistemas de construção industrial nos Estados Unidos, favorecendo ganhos de produtividade.

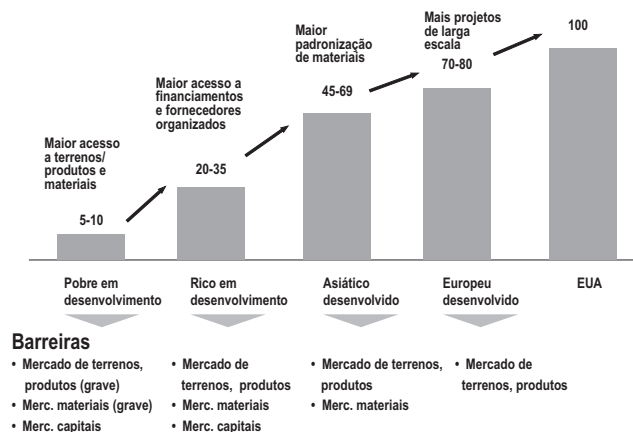
Figura 2a – Produtividade na Indústria da Construção (1999)

PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO (BASE: BRASIL=100)



Fonte: McKinsey, citado em Fiesp (2004)

Figura 2b – Produtividade na Indústria da Construção (1999)

BARREIRAS À PRODUTIVIDADE (BASE: EUA=100)

Fonte: McKinsey, citado em Fiesp (2004)

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC, 2003) aponta alguns fatores que, além da baixa produtividade, dificultam o crescimento sustentado da indústria de construção:

- a ocorrência de graves problemas de qualidade de produtos intermediários e finais da cadeia produtiva e os elevados custos de correções e manutenção pós-entrega;
- o desestímulo ao uso mais intensivo de componentes e serviços industrializados devido à alta incidência de impostos e conseqüente encarecimento dos mesmos;
- a falta de conhecimento do mercado consumidor no que diz respeito às suas necessidades em termos de produto;
- a falta de capacitação técnica dos agentes da cadeia produtiva para gerenciar a produção com base em conceitos e ferramentas que incorporem as novas exigências de qualidade, competitividade e custos;
- a incapacidade dos agentes em avaliar corretamente as tendências de mercado, cenários econômicos futuros e identificação de novas oportunidades de crescimento.

Outras características do setor brasileiro de edificações podem ser apontadas, como a pulverização e a heterogeneidade de sua estrutura. Segundo a CBIC (1999), o setor brasileiro de edificações se destaca pela presença de estabelecimentos de diferentes portes e especialização; pelo predomínio das pequenas e médias empresas; e por uma grande heterogeneidade interna, tanto no tamanho quanto na capacitação tecnológica e empresarial de suas empresas.

Bertasso (2008), analisando dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), constatou que, no âmbito das empresas formalmente constituídas, houve, entre os anos de 2002 e 2005, uma tendência à diminuição do número de pequenas empresas (com até 4 empregados) e uma elevação da quantidade de médias e grandes empresas (as que empregam de 500 a 999 empregados), ensejando um movimento de concentração.

A realidade, entretanto, ainda é a de um setor fortemente pulverizado. Em 2005, 95% das empresas possuíam até 50 empregados. Segundo o Cadastro Central de Empresas (CCE/IBGE), no setor “Edificações e Obras de Engenharia Civil”, as 12 maiores empresas não chegavam a manter 7% de toda a mão-de-obra ocupada no setor.

Neste contexto, torna-se interessante analisar mais detalhadamente o desempenho do setor de edificações, no que diz respeito ao comportamento tanto da demanda quanto da oferta.

Segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais, a indústria brasileira da construção tem apresentado resultados especialmente positivos a partir de 2006 – o que vem sendo apontado como o início de um possível ciclo de crescimento sustentado (Bertasso, 2008).

Observando mais atentamente a questão da demanda, a CBIC (1999) afirma que o desempenho do setor de edificações é fortemente dependente da demanda privada, estando a evolução da construção comercial, industrial e residencial estreitamente relacionada às condições de financiamento prevalentes no mercado. Vale ressaltar, porém, que o setor público também atua como demandante importante de construções para programas habitacionais e de prédios públicos (escolas, hospitais, edifícios para instalações públicas municipais, estaduais e federais).

A Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC/IBGE), principal fonte de informações econômico-financeiras do conjunto de empresas da indústria brasileira da construção, mostra que, do total do valor das obras e/ou serviços da construção executados pelas empresas do setor de edificações, 30% (média de 2002 a 2006) devera-se à demanda de entidades públicas. Ao longo do período, entretanto, o setor público teria retraído seus gastos

em 6,1% – sendo mais do que compensado pela demanda privada, que se elevou em 10,7%. Isto garantiu um crescimento de 5,2% no valor total das obras edificadas pelas empresas com 30 ou mais ocupados.

Com relação ao tipo de obra, para o conjunto de empresas com 5 ou mais ocupados, na média do mesmo período, 50% do valor das obras e/ou serviços prestados se referiam à edificação de residências; 24% às edificações dirigidas ao setor de serviços – que poderia ser associado, grosseiramente, às “outras edificações não-residenciais” e aos “outros segmentos das edificações” –; 16% ao setor industrial; e, finalmente, 10% para o comércio. O crescimento do valor atinente a cada um desses segmentos também divergiu bastante. O valor das edificações direcionadas ao setor de serviços cresceu 31,2%, à indústria, 22,0%, e ao comércio, 12,8%. O valor das obras residenciais declinou em 10,8% e, dado o seu peso, o desempenho geral do setor de edificações evoluiu em apenas 3,1%. Talvez a retirada do setor público como demandante de edificações tenha se feito sentir mais fortemente no setor habitacional.

Considerando-se a centralidade da questão do financiamento para a análise do desempenho do setor de edificações, os dados mais recentes apontam um crescimento vigoroso da oferta de recursos em condições compatíveis com a realidade dos demandantes.

O financiamento à produção de edificações vinha se mantendo bastante favorável até a crise internacional inaugurada pelo setor da habitação norte-americano, que vêm alterando as condições de liquidez desde meados de 2007. A abertura de capital das empresas da indústria da construção³, assim como o uso de instrumentos de captação de renda fixa no mercado de capitais (especialmente debêntures) vinham consubstanciando um novo fôlego financeiro às construtoras e a seus projetos de ampliação. O próprio sistema financeiro internacional vinha constituindo uma importante fonte de crédito farto e barato. Do lado da demanda, a indústria e o comércio, ao menos entre as grandes unidades, também mantiveram acesso a fartos recursos para viabilizar a consecução de projetos de edificações. Em âmbito nacional, além de contarem com o crédito bancário convencional, têm acesso a linhas especiais de financiamento de agências de fomento (BNDES, por exemplo) e a instru-

3 - Foram 19 IPOs entre 2006 e 2007 na Bovespa, que geraram um volume de R\$11,2 bilhões para as empresas da construção civil, com uma participação de 69% do capital de origem estrangeira (Valor Setorial, 2008).

mentos do mercado de capitais. As captações no sistema financeiro internacional também faziam parte das opções de adiantamento de recursos.

Os investidores institucionais, que dispõem de recursos de longo prazo e que optam por aplicá-los em imóveis, têm sido uma fonte de recursos bastante explorada pelo segmento comercial desde meados dos anos 1990 (Vasconcelos e Cândido Júnior, 1996).

A única modalidade que não vinha apresentando reação às boas condições de liquidez externas e internas era a de financiamento à construção residencial – o que mudou, recentemente, e deu novo fôlego ao setor. Dadas as mudanças no setor creditício, notícias recentes dos negócios da construção (Valor Setorial, 2008) indicam que o segmento alvo das grandes construtoras, para os próximos anos, é o habitacional – especialmente o voltado para a população de menor renda, um segmento fortemente sensível à possibilidade de fracionamento dos custos da edificação no tempo, a custos moderados.

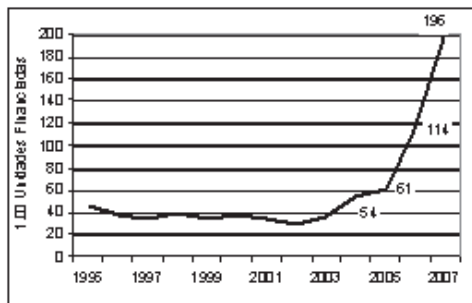
Em geral, quando é analisada a questão habitacional, segmenta-se a população em dois grupos – o “econômico” e o “não-econômico”, ou de “interesse social”. O primeiro é aquele que reúne as famílias que podem adquirir uma unidade habitacional, ainda que para isso tenham que recorrer a um financiamento de longo prazo, em condições de mercado. O segundo refere-se ao conjunto de famílias que não têm renda suficiente para adquirir um imóvel, nem mesmo decompondo o seu custo no tempo, a juros de mercado. A aposta no segmento de habitação popular é a ampliação da porção “econômica” dos consumidores, justamente onde se concentra um estoque considerável de demanda reprimida (déficit habitacional). Camadas da população, antes consideradas “fora” das condições do mercado (famílias com renda de 5 a 10 salários mínimos), passaram a ser alvo de disputa dos agentes financeiros. Quanto mais fracionado no tempo o valor da habitação, maior a possibilidade de acesso de populações de baixa renda à “casa própria”.

O principal esquema de financiamento habitacional do país é o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), instituído no âmbito da reforma do Sistema Financeiro Brasileiro de 1964. Em 1997, foi formalizado o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) – um arcabouço legal alternativo que instituiu a securitização dos créditos imobiliários (não apenas residenciais). O SFI tem

apresentado resultados bastante tímidos – especialmente no segmento habitacional. O SFH voltou a ter um bom desempenho nos últimos anos, ancorado em três movimentos: (1) o crescimento do emprego e da renda; (2) a queda real das taxas de juros; e (3) a ampliação da segurança jurídica dos contratos.

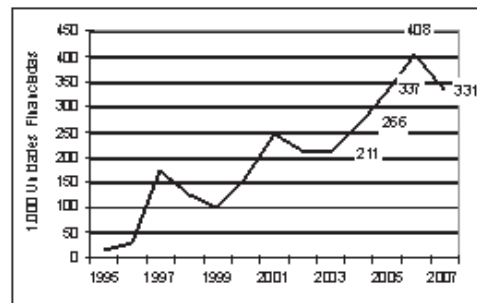
São dois os instrumentos de captação de recursos: a caderneta de poupança, no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – um fundo de poupança compulsória que direcionaria recursos para o financiamento à habitação, ao saneamento e à infra-estrutura urbana. Os Gráficos 1 e 2 mostram o número de unidades habitacionais financiadas com as distintas fontes de recursos do SFH. O ano de 2004 marcou o início de um crescimento vigoroso do sistema que representou 279 mil unidades a mais financiadas até 2007 – 160 mil pelo SBPE e 120 mil com recursos do FGTS. Ainda que os financiamentos não se atenham apenas à construção, mas também à comercialização de imóveis em geral, eles mostram um dinamismo do setor imobiliário que certamente tem impactos diretos sobre a edificação de novas unidades – dados ainda não totalmente captados pela PAIC.

Gráfico 1 – Unidades financiadas no âmbito do SBPE (em 1.000)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados do Bando de Dados CBIC (Estatísticas Básicas-SBPE-SFH/BACEN)
*Deflator: IPCA/IBGE

Gráfico 2 – Unidades financiadas no âmbito do FGTS (em 1.000)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados do Bando de Dados CBIC (Estatísticas Básicas-SBPE-SFH/BACEN)
*Deflator: IPCA/IBGE

Vale salientar que a recuperação de fontes tradicionais de financiamento à habitação também podem representar uma fonte de recursos extra para as empresas do setor. Nos anos 1980 e 1990, devido ao colapso do sistema oficial, as grandes construtoras organizaram um esquema de financiamento próprio à comercialização das unidades edificadas. Mafra (2006) afirma que a empresa da construção, ao assumir o papel de financiadora de aquisição do bem imobiliário, diminuía a sua capacidade produtiva porque passava a

ter o prazo de retorno dos seus investimentos superior ao ciclo de produção do empreendimento. Com a viabilização das fontes oficiais de crédito ora observada, a liberação desta tarefa pode constituir um fundo de recursos adicionais às empresas do setor.

Voltando-se para a análise do desempenho da indústria da construção e do setor de edificações, pelo lado da oferta, alguns pontos podem ser destacados. Em primeiro lugar, houve queda da receita líquida de vendas, especialmente no setor de edificações (Tabela 1). O valor bruto da produção da indústria de construção se manteve estagnado e do setor de edificações cresceu pouco no período. Em segundo lugar, graças ao controle de custos, o valor agregado se elevou tanto na construção quanto nas edificações.

Ainda que seja bastante razoável esperar a futura divulgação de melhores resultados para 2007, é importante levantar a possibilidade de subestimação dos resultados apresentados pela PAIC. Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 2005), a fatia do setor de edificações é maior do que o valor adicionado das firmas que declaram as edificações como seu principal ramo de atuação na pesquisa da indústria da construção. Outras firmas, que não declaram as edificações como sua atividade central, também podem executar obras e serviços relacionados ao setor em questão.

Tabela 1 – Construção e Edificações: receita de vendas, valor da produção, custos e valor adicionado⁽¹⁾ (2002-2006) (R\$ milhões de 2006)

Período	Receita Líquida de Vendas		Valor Bruto da Produção		Total de Custos e Despesas		Valor Adicionado	
	Construção	Edificações	Construção	Edificações	Construção	Edificações	Construção	Edificações
2002	83.643	30.105	112.555	26.432	102.692	24.653	54.230	12.325
2003	69.740	23.751	95.392	23.016	86.610	22.095	48.309	10.237
2004	83.168	28.367	110.174	29.988	92.903	26.138	58.720	14.810
2005	73.238	24.788	105.222	26.417	85.261	22.280	57.134	13.522
2006	81.402	26.152	111.605	27.669	90.080	22.921	61.157	14.236
Var. 02-06 (%)	-2,7	-13,1	-0,8	4,7	-12,3	-7,0	12,8	15,5

(1) De empresas com 30 ou mais ocupados.

Nota: Deflator: índice do setor – SINAPI/IBGE.

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados da PAIC/IBGE.

Em terceiro lugar, houve criação de vagas na indústria da construção e no setor de edificações em proporção semelhante (Tabela 2). A massa salarial do setor de edificações, entretanto, cresceu menos que proporcionalmente ao verificado na indústria da construção, havendo uma queda relativa do salário médio.

Tabela 2 – Construção e Edificações: total de salários e salário médio das empresas⁽¹⁾ (2002-2006)

Ano	Pessoal Ocupado (PO)			Total de salários (R\$ mil de 2006)			Salário Médio (R\$ mil de 2006)	
	Edificações	Construção	%	Edificações	Construção	%	Edificações	Construção
2002	347.713	900.234	38,6	3.531.136	11.250.149	31,4	10,2	12,5
2003	334.110	911.973	36,6	3.402.596	11.214.202	30,3	10,2	12,3
2004	397.541	1.069.377	37,2	4.175.844	13.347.811	31,3	10,5	12,5
2005	376.985	968.249	38,9	3.720.696	11.628.251	32,0	9,9	12,0
2006	39591	1.040.112	38,4	3.975.138	13.473.192	29,5	9,9	13,0
Δ total (%)	14,9	15,5		12,6	19,8		-2,0	3,7
Δ anual (%)	3,5	3,7		3,0	4,6		-0,5	0,9

(1) Com 30 ou mais ocupados. Nota: Deflator: IPCA.

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados da PAIC/ IBGE.

Em 2007, o setor de edificações criou proporcionalmente muito menos vagas que a indústria da construção como um todo, apresentando desempenho inferior, inclusive, ao do conjunto de atividades formais constituídas no país (Tabela 3). Em compensação, o salário médio de admissão do setor de edificações se elevou, em termos reais, em 10,3% em 2007, contra um aumento médio de 6,5% na indústria da construção (Tabela 4).

Tem-se tornado comum a queixa dos mais variados subsetores da indústria da construção de falta de recursos humanos disponíveis para acompanhar seu crescimento. A conjugação crescimento do emprego com aumento mais que proporcional dos salários de admissão podem estar refletindo essa conjuntura.

Tabela 3 – Construção e Edificações: evolução da criação de emprego formal⁽¹⁾ (2006 e 2007)

	Admitidos		Desligados		Criação de Vagas		
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	Δ (%)
Brasil	12.831.149	14.341.289	11.602.463	12.723.897	1.228.686	1.617.392	31,6
Construção	1.257.480	1.428.582	1.171.684	1.251.827	85.796	176.755	106,0
Construção de edifícios	614.012	673.953	565.111	612.570	48.901	61.383	25,5

(1) Em todas as empresas formalmente constituídas.

Nota: Dados agregados conforme a versão 2.0 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados do CAGED/MTE.

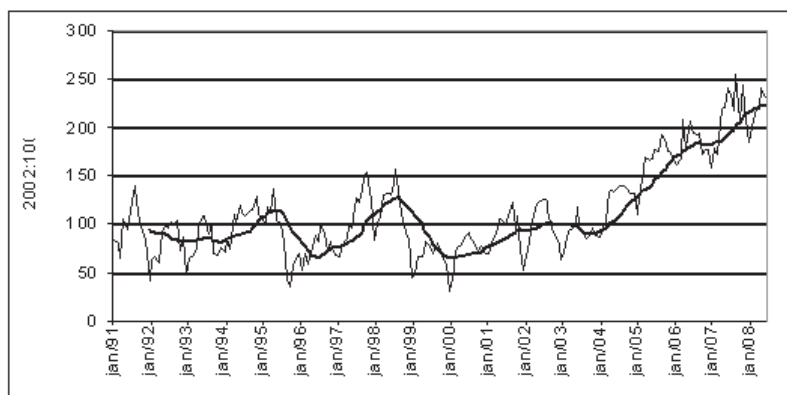
Tabela 4 – Construção e Edificações: evolução da massa de salários e dos salários médios – admissional e demissional (2006 e 2007)

	Massa de salário admissional (R\$ milhões)		Massa de salário demissional (R\$ milhões)		Salário admissional médio (R\$)		Salário demissional médio (R\$)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Construção	817,90	989,54	831,63	920,07	650,43	692,67	709,77	734,98
Construção de edifícios	350,33	424,52	336,00	396,98	570,92	629,90	594,57	648,06

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados do CAGED/MTE.

Nota: dados de 2006 a preços de 2007. Deflator: IPCA.

Por fim, observa-se um movimento virtuoso de crescimento da produção física de bens de capital para a construção civil desde o ano de 2004, o que pode estar se materializando em modernização da indústria da construção (Gráfico 3). Segundo a CBIC (2007), o crescimento da produção de máquinas para a construção em proporção maior que a geração de empregos está indicando ganhos de produtividade. Isto, associado a elevações da demanda, motiva a realização de novos investimentos, alimentando um ciclo virtuoso de expansão

Gráfico 3 – Evolução da Produção de Bens de Capital para a Construção Civil: (número índice – 2002: 100)

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em dados da PIM-PF/IBGE

Principais Desafios Competitivos

O principal risco que se coloca ao atual ciclo de expansão do setor de edificações é o aprofundamento ou prolongamento da crise internacional e do atual “aperto monetário” aplicado pelo Banco Central brasileiro.

No âmbito produtivo, o grande desafio que se coloca para a construção civil brasileira é sua “industrialização” – a adoção de materiais e métodos de construção que acelerem os ganhos de produtividade e a redução de perdas nas obras. Isto envolveria mudanças não apenas nas empresas, mas também nas condições estruturais e sistêmicas.

Bertasso (2008) apresentou como risco ao setor a grande imobilização de recursos das construtoras/incorporadoras na compra de terrenos para a edificação de grandes obras no segmento residencial de baixo custo, face à elevação do custo do capital de giro e a uma possível desaceleração na demanda. O ciclo de negócios da construção civil é longo, com duração de 36 meses em média, e a necessidade de capital de giro para empresas em fase de crescimento é muito grande (Banco Fator, 2007). Portanto, há que se desenvolver fontes alternativas de crédito para que os custos não cresçam, numa realidade de competição em preço do produto final.

A recente absorção da Construtora Tenda, especializada na edificação de unidades habitacionais para a população de renda mais baixa, pela Incorporadora Gafisa, pode estar relacionada a esses movimentos. Os preços das ações daquela empresa caíram vertiginosamente a partir do anúncio de um cancelamento de vendas de unidades habitacionais pouco “acima do esperado pelo mercado”. Sem contemplar as idiossincrasias que o mercado de capitais envolve, fato é que se seguiu à queda do preço das ações uma forte dificuldade da construtora para manter suas fontes tradicionais de financiamento. Talvez essa situação venha se somar à tendência mais cautelosa dos agentes financeiros – dificultando um pouco mais o dia-a-dia dos negócios do setor.

Por outro lado, se as condições de demanda continuarem favoráveis, o setor enfrentará a escassez de equipamentos, de materiais e de mão-de-obra,

e, mesmo, de oferta de terrenos adequados. A estagnação de cerca de 25 anos deixa como legado o custo da reduzida oferta de materiais/equipamentos e de mão-de-obra especializada, tão necessários para o desenvolvimento da construção industrializada.

Os fabricantes de material de construção brasileiros estão expandindo a sua capacidade produtiva para atender à demanda que tem se mostrado vigorosa, mas ainda assim há a inflação dos insumos básicos e a escassez de mão-de-obra especializada, que levará um tempo para ser equacionada (Valor Setorial, 2008). Em notícias recentes, a Associação Brasileira da Indústria de Material de Construção mostra-se preocupada com o nível de utilização da capacidade instalada (85%). É inevitável uma certa pressão de custos no setor. Conseguirá o setor elevar a produtividade e conter os desperdícios a ponto de suplantar essa dificuldade?

Quanto às oportunidades, elas derivam, sem sombra de dúvida, da continuidade do crescimento econômico. Por ora, a expansão industrial, comercial e habitacional, no “novo segmento econômico”, pode dar um grande fôlego ao setor. As estimativas do próprio mercado bancário é que o crédito habitacional passe dos atuais 3% para 10% do PIB em 2015. Além disso, é possível citar o equacionamento do déficit habitacional no segmento “não-econômico” – que virá no bojo de políticas urbanas (e rurais) mais amplas e deverá ser, quando se concretizar, fonte de crescimento para o setor por muitos anos.

Caminhando no sentido da resposta a alguns dos desafios destacados, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP, 2008), que se propõe, de forma geral, a garantir a sustentação do atual ciclo de expansão e o fortalecimento da competitividade de importantes atividades econômicas, fixou metas bastante ambiciosas para a atividade da construção civil: elevação de sua produtividade em 50% e a redução de perdas em igual proporção até o ano 2010. Os objetivos são a ampliação e a modernização do setor de construção civil para reduzir o déficit habitacional e do mercado de obras de infra-estrutura.

Referências bibliográficas

Banco Fator. **Análise de Investimento** – Incorporadoras Imobiliárias. 4/12/07

Bertasso, B. **Relatório de Acompanhamento Setorial: Edificações**. Convênio: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI/MDIC) e Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT/IE/UNICAMP). Campinas, julho de 2008.

Britto, B.M. e Farias Filho, J.R. **Estudo preliminar do nível de competitividade na Indústria da Construção Civil** – Subsetor de Edificações. ENEGEP. 1998.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). **Grau de informalidade no mercado de trabalho da construção civil no Brasil e justificativas para aplicação do Simples ao setor**. Rio de Janeiro, 1997.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). **Organização e Dinâmica do Segmento de Edificações no Brasil**. Brasília, 1999.

Consultoria A. T. Kearney. **Construction industry trends and perspectives in South América**. Maio de 2007.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). **Agenda de política para a cadeia produtiva da construção civil**. São Paulo, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cadastro Central de Empresas (CCE)**, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)**, 2006.

Mafra, F.D.B. Classificação de Risco dos Certificados de Recebíveis Imobiliários – Estruturação de um processo de *rating* da perda potencial da carteira securitizada. **Dissertação de Mestrado**. POLI-USP. São Paulo, 2006.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Secretaria de Comércio Exterior** (SECEX). Estatísticas de Comércio Exterior. Vários anos.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). **O futuro da construção civil no Brasil**: resultados de um estudo de prospecção tecnológica da cadeia produtiva da construção habitacional. São Paulo, 2003.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Política de Desenvolvimento Produtivo: inovar e investir para sustentar o crescimento**. Maio de 2008.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais** (RAIS), vários anos.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** (CAGED), vários anos.

Puga, F. e Nascimento, M. A nova realidade do investimento no Brasil. **Visão do Desenvolvimento**. BNDES, nº 30, junho de 2007.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Setor de Construção Civil – Segmento de Edificações. **Série Estudos Setoriais**, nº5. Brasília, 2005.

Valor Setorial. **Mercado Imobiliário**. Maio de 2008.

Vasconcelos, J. R.; Cândido Júnior, J. O. O Problema Habitacional no Brasil: Déficit, Financiamento e Perspectivas. **Texto para Discussão nº 410**. Brasília, abril de 2006.



UNICAMP



Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial